

COLONIZAÇÃO E FRONTEIRAS:

portugueses, presença, trabalho e lutas nos interiores de São Paulo

*Colonization and Frontier: Portuguese, Presence, Work
and Struggles in São Paulo*

Maria Izilda Santos de
MATOSⁱ

 mismatos@pucsp.br

ⁱPontifícia Universidade
Católica de São Paulo
São Paulo, SP, Brasil

Oswaldo
TRUZZIⁱⁱ

 truzzi@ufscar.br

ⁱⁱUniversidade Federal
de São Carlos
São Carlos, SP, Brasil

RESUMO

A intensificação e incertezas dos deslocamentos contemporâneos multiplicam as questões-tensões e o estabelecimento de barreiras, constituindo inquietações que desafiam reflexões e discussões. Nesse sentido, este artigo focaliza a presença dos portugueses no processo de expansão de fronteiras e colonização nos interiores do Estado de São Paulo (séculos XIX e XX), abordando aspectos diferenciados das experiências desses imigrantes.

Palavras-chave: Portugueses, Fronteiras, Colonização, Imigrantes, Trabalho, Interiores.

ABSTRACT

The intensification and uncertainties of contemporary displacements multiply tension issues and the establishment of barriers, constituting concerns that challenge reflections and discussions. This article focuses on the presence of the Portuguese in the process of expanding frontiers and the colonization in the countryside in the State of São Paulo (19th and 20th centuries), addressing different aspects of the experiences of these immigrants.

Keywords: Portuguese, Frontiers, Colonization Immigrants, Work, Countryside

Na contemporaneidade a intensificação dos deslocamentos provocam tensões e resistências, multiplicam-se os rigores de controle, estabelecimento de barreiras e construção de muros. Neste contexto, se constituem um amplo espectro de lutas e inquietações que desafiam reflexões e discussões sobre as questões de fronteiras, territórios e colonização, suscitando a necessidade de novos questionamentos que observem múltiplas experiências, movimentos transnacionais e a proliferação de fronteiras, sejam estas exteriores ou interiores. (BALIBAR, 2002; 2004)

Esses escritos discutem a presença dos portugueses no processo de expansão e colonização nos interiores do Estado de São Paulo (séculos XIX e XX), abordando aspectos diferenciados das experiências desses imigrantes. Para tanto a pesquisa envolveu esforço documental frente as dificuldades de diferenciar os lusos da população brasileira, por conta da semelhança dos nomes (próprios e de família) e da ideia vigente que os portugueses se nacionalizam na segunda geração, sendo mais facilmente absorvidos (entre outros elementos pela identificação linguística, religiosa e cultural).¹

Portugueses nos interiores de São Paulo: presença e ocultamentos

O tema da imigração concentra uma produção ampla, diversificada e enriquecida por abordagens que analisam aspectos diferenciados da questão e envolvem diferentes perspectivas disciplinares. No caso paulista, a imigração pode ser considerada uma temática eleita pela historiografia, particularmente, quando intercruzada com outras questões privilegiadas como: os estudos sobre a cafeicultura, indústria, trabalho e movimento operário. Apesar deste privilegiamento, as experiências migratórias dos portugueses têm sido pouco consideradas, permanecendo a tendência à observação de outros grupos.

Os portugueses constituíram o grupo mais numeroso de imigrantes entrados no Brasil, estimado em 1,9 milhões (1889-1950), com presença por praticamente todo o país. Apesar disso, só recentemente este fluxo tem instigado os pesquisadores, sendo que a maior parte das investigações se volta para o Rio de Janeiro, aonde a presença portuguesa foi significativa e marcante. Já que a produção historiográfica sobre imigração em São Paulo privilegiou certos grupos, em especial os italianos e japoneses, só ultimamente que apareceram trabalhos que investigam os portugueses, tendo como maior foco as experiências lusitanas nas cidades de São Paulo e Santos, sendo poucos os trabalhos sobre os lusos nos interiores do estado de São Paulo. (MATOS, 2013)

Entre 1882 e 1934, dos cerca de quatro milhões de imigrantes que entraram no Brasil, aproximadamente 60% se instalaram no estado de São Paulo, atraídos pela demanda crescente de braços para a cafeicultura, as possibilidades em expansão, entre elas as atividades urbanas e comerciais. Grande parte desses imigrantes veio subsidiada e era dirigida para os interiores do estado, destacando-se inicialmente os italianos; contudo, após o Decreto Prinetti (1902) as entradas desta nacionalidade diminuíram, sendo compensadas pelo aumento das chegadas dos portugueses, espanhóis e posteriormente, dos japoneses. A maioria dos imigrantes que foi para

os interiores, acompanhou a expansão cafeeira e ferroviária em direção ao oeste do estado. Neste processo identificam-se três zonas principais: Zona Central (mais antiga, nucleada em Campinas), Zonas Intermediárias (Mogiana e Paulista) e as chamadas Zonas Novas (Araraquarense, Alta Sorocabana e Noroeste).

No caso dos portugueses as entradas podem ser periodizadas: um momento inicial entre 1888-1898 (fase de final da escravidão e transição para trabalho livre); uma segunda leva de 1904-1915 (confluência de fatores com retração da entrada de outros grupos, somadas à crise política, econômica e outras dificuldades em Portugal); um terceiro período localizado entre o final da Primeira Grande Guerra (1918) que se estende até os anos 1930 e uma retomada no Pós Segunda Grande Guerra (1945) até o início dos anos 1960. No seu conjunto, observa-se que a imigração portuguesa foi um processo contínuo, que envolveu experiências múltiplas e diversificadas, abarcando várias levas, de diferentes regiões do continente e das ilhas (ainda que a maioria dos imigrantes que veio ao Brasil fosse de camponeses oriundos de províncias ao norte de Portugal); alguns vieram subsidiados, a maioria por conta própria.

Numa análise sobre o perfil dos emigrados portugueses observam-se tendências. Numa primeira, notam-se os que vinham por conta própria, destacando-se os jovens solteiros, que viam na emigração uma estratégia de fuga ao serviço militar. Alguns alfabetizados e com certo capital, vinham em busca de constituir uma trajetória profissional, geralmente possuíam contatos já estabelecidos no Brasil; já outros jovens, os caixeiros, ocupavam-se nos centros urbanos em atividades do comércio. Um segundo grupo de homens adultos, muitas vezes casados, artesãos de profissão (pedreiros, ferreiros, alfaiates e sapateiros, entre outros), fixava-se nas cidades. Outro conjunto era dos que vinham subsidiados, majoritariamente iam para as lavouras do café, embarcavam em família, motivados pelas dificuldades econômicas, sem entrever possibilidades efetivas de regresso. Por fim, uma série de imigrantes que trabalhavam como serviçais e criados nas cidades e nos domicílios. (LEITE, 2000)

No que se refere a distribuições espaciais na sociedade de acolhimento, observa-se através das listas de bordo do ano de 1912, referente as entradas de portugueses pelo porto de Santos, que 63% não revelaram para onde se dirigiam (10.986). Entre os destinos declarados predomina a capital paulista (2.347), mas, foram observadas áreas do interior do estado, contemplando as localidades com mais de 50 ocorrências, destacando-se as regiões produtoras de café, como Ribeirão Preto, Jaboticabal, Araraquara, Bauru, Cravinhos, São Simão, entre outras. (MATOS, 2013)

No levantamento realizado em cartas de imigrantes lusos localizadas nos acervos da Hospedaria do Imigrantes de São Paulo (essas cartas encontravam-se anexadas as listas de bordo), foram identificadas missivas de várias localidades no interior do estado, o que indica a presença de portugueses nas fazendas de café (Fazenda Cocais, São João, Nova Lousã) e em cidades como Barueri, Boa Esperança, Campinas, Capão Preto, Espírito Santo do Pinhal, Franca, Jundiá, Laranjal, Lençóis, Matão, Mococa, Montes Altos, Ourinhos, Pindorama, Pitangueiras, Porto Ferreira, Ribeirão Pires, Ribeirão Preto, Santa Esperança, Santo Antonio da Boa Vista, São Carlos, São Carlos do Pinhal, São João da Boa Vista, São Manuel e Taubaté.

Já em 1920, apesar da maior concentração de portugueses na capital e em Santos, no Oeste paulista, destacavam-se nas regiões produtoras de café, aparecendo com maior frequência em Campinas (4.267 portugueses), São José do Rio Preto (3.507), Araraquara (2.915), Ribeirão Preto (2.706), Barretos (2.091), Jaboticabal (2.020) e São Carlos (1.948). (BASSANEZI *et al.*, 2008)

Observando, o Recenseamento Demográfico, Escolar, Agrícola-Zootécnico do Estado de São Paulo de 1934, a presença dos portugueses no interior se mantinha nas cidades de Campinas (3.472), Araraquara (2.411), Ribeirão Preto (1.866), São José do Rio Preto (1.491) e Jaboticabal (1.429), mas, eram expressivos em Presidente Venceslau (1.752), Marília (1.324), Araçatuba (1.130) e Bauru (1.070), este último provavelmente em função do polo ferroviário ali instalado que atraiu muitos lusos. (Recenseamento, 1934)

Portugueses nos interiores de São Paulo: cafeicultura, colonização e trabalho

Os primeiros imigrantes portugueses que vieram para se empregaram na cafeicultura em São Paulo se estabeleceram na Fazenda Ibicaba (1840), de propriedade do senador Nicolau de Campos Vergueiro, eram cerca de oitenta famílias que foram contratadas através do regime de parceria. (WITTER, 1982)

Portugueses também foram localizados como trabalhadores na colônia de Nova Lousã, município de Espírito Santo do Pinhal, do comendador João Elisário de Carvalho Montenegro, o proprietário trouxe 154 imigrantes oriundos de sua terra natal – Lousã, empregando-os através de um sistema de trabalho assalariado, que ele considerava ser:

[...] o único *systema* que deixa de produzir descontentamentos nos colonos, causar ou dar azo a queixas e até sérios motins, como tem sido exemplo vivo algumas colônias d'esta bella província. O imigrante, que vem justo por salário, já sabe qual o interesse que deve auferir, deixando de ser imbuído de promessas artificiosas, como é norma empregar-se para com aquellos, que são contractados, segundo o *systema* de parceria, que, salvo raras e honrosas excepções, só tem servido para desacreditar a colonisação na Europa.²

A colônia contava com regulamento que foi discutido e aprovado em assembleia pelos colonos (1872), este observava as normas do cotidiano de trabalho e de convivência na propriedade, incluía ações paternalistas, como uma 'caixa de beneficência', com o objetivo de amparar os empregados nos casos de doença, invalidez e velhice, facilitando os que quisessem retornar à terra natal. (SCOTT; TRUZZI, 2004)

Em 1867, além de Nova Lousã e Ibicaba, encontram-se referências (Tabela 1) à presença de trabalhadores portugueses em outras colônias, destacando-se a Fazenda Tatu (com 108), de Cândido José da Silva Serra e a Fazenda Boa Vista (com 63), de Benedito Antônio de Camargo. (SCOTT, 2006) Já entre 1888 a 1911, os lusos foram localizados nas colônias de Gavião Peixoto e a de Bandeirantes. (LOBO, 2001)

Tabela 1 - Colônias com portuguesas no estado de São Paulo (1857)

Nome das colônias	Localização	Proprietário	Nr. famílias	Pessoas
Senador Vergueiro	Limeira	Sen. Nicolau P. de Campos Vergueiro	55	258
Crescciumal	Pirassununga	Sen. Francisco Ant. de Sousa Queiroz	3	14
Morro Azul	Limeira	Joaquim Franco de Camargo	9	35
Boa Vista	Rio Claro	Benedito Ant. de Camargo	11	63
Boa Vista	<i>Idem</i>	Ana Joaquina Stos. Camargo	9	38
S. João do Morro Gde	<i>Idem</i>	João Ribeiro Stos Camargo	5	23
Tatu	Limeira	Candido José Silva Serra	27	108
Capitão Diniz	<i>Idem</i>	Joaquim da Silva Diniz	3	10
Boa Vista	Campinas	Floriana de Camargo Penteado	4	18
Sítio Novo	<i>Idem</i>	Antonio Rodrigues Barbosa	4	19
Dores	<i>Idem</i>	Pedro José dos Santos	6	25
São Francisco	<i>Idem</i>	Francisco de Camargo Penteado	1	05

Fonte: HOLANDA, 1941.

A imigração esteve diretamente relacionada à expansão cafeeira. Os que vieram subsidiados enfrentaram difíceis condições do trabalho cotidiano nas fazendas. Eram constantes as queixas frente ao não cumprimento dos contratos, autoritarismo e violência dos proprietários, levando que, ao fim do período fixado, muitos trabalhadores buscassem nas cidades melhores alternativas.

A alta mobilidade de mão de obra, alguns observadores estimaram que 40% a 60% abandonavam anualmente as fazendas, era uma resposta tanto às condições miseráveis nas fazendas quanto à concorrência pela mão de obra entre os fazendeiros. O índice de renovação das famílias de colonos em fazendas estabelecidas geralmente crescia, quando o rendimento decrescia, devido aos salários em baixa e ou aos baixos rendimentos do café. (STOLCKE, 1986)

Entre os que imigrantes portugueses que vieram subsidiados, a maioria declarou ser de origem rural, de acordo com a tabela 2, 48,5% se dedicaram ao trabalho agrícola nos interiores do Estados de São Paulo (período entre 1908 e 1933), apesar da porcentagem ser inferior a outros grupos (particularmente espanhóis e japoneses), o coeficiente de permanência dos lusos era elevado (93,1%).

Tabela 2 – Imigrantes desembarcados em Santos, empregados na agricultura coeficiente de assentamento permanente entre 1908 e 1933

Nacionalidade	Número total de imigrantes	Número de trabalhadores agrícolas	% na agricultura	Coeficiente de permanência de trabalhadores agrícolas %
Japoneses	139.199	137.584	98,84	96,3
Espanhóis	207.326	164.306	79,25	91,3
Italianos	199.201	100.553	50,48	41,3
Portugueses	265.751	129.027	48,50	93,1

Fonte: MAURETTE *apud* STOLCKE, 1986, p. 66

Alguns portugueses tiveram acesso a terras, em sua maioria pequenas e médias propriedades (BASSANEZI *et al.*, 2008). Levantamentos do Departamento Estadual do Trabalho de 1924 apontam propriedades de portugueses em Araraquara, Atibaia, Bariry, Bauru, Bica da Pedra, Bofete, Brodowsky, Brotas, Campinas, Catanduva, Descalvado, Franca, Ibitinga, Jaboticabal, Joanópolis, Limeira, Matão, Monte Alto, Monte Azul, Olímpia, Orlandia, Pirassununga, Piratininga, Pitangueiras, Piraju, Pederneiras, Rio Preto, S. Cruz da Conceição, S. Rita do Passa Quatro, São Carlos, S. João da Boa Vista, S. João do Rio Pardo, Serra Negra, Sertãozinho, Tabapuã, Taquaritinga, Tietê, Viradouro. Em Araraquara, foram encontradas 107 propriedades com 1.509.500 pés de café; em Pitangueiras 61 propriedades com 1.591.000 pés de café; Jaboticabal 47 propriedades com 1.815.500 pés de café; São Carlos 23 propriedades com 1.072.400 pés de café; Monte Alto com 71 propriedades com 1.119.000 pés de café. (Boletim DET, 1924, p 221-228)

A análise comparativa entre 1904/1905 e 1934/1935 nota-se um crescimento do número de propriedades agrícolas nas mãos de portugueses.³ Nos municípios a sudoeste do estado (regiões de Presidente Prudente, Marília e Bauru), se em 1904/1905 eram entre 0,11 a 0,96% do total de propriedades agrícolas de cada município; já entre 1934/1935, a porcentagem subiu para de 5,06 a 9,73 do total de propriedades. (BASSANEZI *et al.*, 2008)

Apesar da crise de 1929 e das leis restritivas erigidas pela Constituinte de 1934, os portugueses persistiram em ter o Brasil como destino e de certo modo foram privilegiados pela política migratória formulada por Vargas. (MENDES, 2010)

Meu pai veio em 1939 e logo depois começou a Segunda Guerra Mundial, e eu fiquei, eu e minha mãe, eu tinha 5 anos, em 1939, ficamos na aldeia e como sou filho único e logicamente que depois, meu pai, depois de 11 anos ele mandou-nos uma carta de chamada que era permitido aos imigrantes legalizados no Brasil poderem chamar a família, a mulher e os filhos, de modo que eu e minha mãe também viemos em 1950 já com visto de permanência no Brasil e eu inclusive com emprego na Fazenda São José em Padre Nóbrega. (SILVA, 1957, p. 97)

Outro setor no qual os portugueses se fizeram presentes foi o de plantação de bananas. A cultura era desenvolvida em várias regiões do estado, sendo considerado um negócio muito rentável. (Figura 1; CARINHAS, 1929)

Figura 1 – Família do imigrante português Alfredo Cordeiro, em meio à sua plantação de bananas. Núcleo Colonial Nova Veneza, Campinas-SP.



Fonte: CARINHAS, 1929

Portugueses nos interiores de São Paulo: trabalhos e lutas

No início do século XX, apesar do crescimento da imigração portuguesa para o trabalho na cafeicultura do estado de São Paulo, a presença destes foi menos intensa nas zonas rurais. Dos portugueses residentes no estado, em 1934, 70,5% viviam nas cidades. (BASSANEZI *et al.*, 2008) A preferência de se estabelecerem nas cidades evitando o trabalho no campo, possivelmente, se deva a veiculação, através de redes, das condições de trabalho nas fazendas, bem como, dos relatos de sucesso em outras atividades, com destaque para o comércio.

A partir da segunda metade do século XIX, a expansão cafeeira e ferroviária pelos interiores de São Paulo possibilitou o crescimento urbano “semeando” cidades, com destaque para Campinas, Rio Claro, São Carlos, Araraquara, Franca, Mococa, São José do Rio Preto, entre outras. Algumas dessas localidades se tornaram centros regionais e atraíram imigrantes que não se adaptaram ou não quiseram se manter nas atividades agrícolas, ou que para lá migraram na busca de oportunidades. Destaca-se a disposição dos portugueses em aproveitar as ocasiões, que se apresentavam com a expansão urbana nas zonas de fronteira e colonização, podendo ser encontrados exercendo seus ofícios e serviços, em pequenas oficinas e manufaturas.

A presença portuguesa foi identificada no setor de serviços em funções como: barbeiro, cocheiro, motorista e garçom; na área da construção como pedreiros, pintores, vidraceiros, carpinteiros, entre outras funções. Entre as profissões que predominavam no cenário urbano destacava-se o artesanato autônomo, em oficinas caseiras, localizadas em cômodos, fundo de quintais ou pequenas lojas, muitos portugueses trabalhavam como marceneiros, ferreiros, ourives, relojoeiros, seleiros, calígrafos, tipógrafos, sapateiros (consertos e confecção de sapatos), alfaiates (alguns com loja estabelecida), modistas/costureira, chapeleiros e gravateiros. Dependendo do vulto do negócio, eram auxiliados pelo grupo familiar, mulher, filhos, algum conterrâneo ou agregado. O fato de que desde pequenas as crianças serem introduzidas no aprendizado e utilizadas como ajudantes de seus pais fez com que muitas destas profissões adquirissem tradição hereditária, passando de geração a geração, era o caso de habilidosos alfaiates, costureiras e bordadeiras (bordados para enxovais, roupas infantis e adulta) de origem lusitana.

Os imigrantes lusos constituíram redes (DEVOTO, 1988; TRUZZI, 2008) de recepção e acolhimento, que ampliavam possibilidades de arranjar emprego nos setores fabris, de serviços, obras públicas e também no setor ferroviário, no qual eram entre 16% e 18% dos trabalhadores, destacando-se nas funções de feitores e maquinistas. (LANNA, 2016)

A esse respeito, é significativo que mesmo em um município como São Carlos, no qual os italianos predominavam amplamente na população de estrangeiros (na razão de sete para um em relação aos portugueses), o censo municipal realizado no ano de 1907 indique que dentre os 281 ferroviários presentes no município, os portugueses eram os mais numerosos entre os estrangeiros (140 brasileiros, 70 portugueses, 36 italianos, 25 espanhóis, 6 alemães e 4 de outras nacionalidades). (Censo, 1907)

Em Ribeirão Preto (1908) trabalhavam na Companhia Mogiana “infinidades de portugueses, cujos serviços os lusos davam preferência”. Em levantamento da nacionalidade dos trabalhadores empregados pela Estada de Ferro Sorocabana entre 1926 e 1930, apurou que, após os nacionais, os portugueses constituíam a maioria entre os estrangeiros. (PRATES, 1981; ARAUJO NETO, 2006)

Resistindo e lutando

Imigrantes portugueses não apenas trabalharam, mas também lutaram, resistindo às duras condições de trabalho e reivindicando direitos políticos. A construção das ferrovias abrindo fronteiras no estado de São Paulo dependeu do emprego de mão de obra variada, recrutada por empreitada entre aqueles que não se ajustavam ao trabalho na agricultura. Ainda no período pré-abolição, foram admitidos tanto escravos quanto trabalhadores livres, entre estes imigrantes estrangeiros e migrantes de outros estados que se acomodavam nos acampamentos montados ao longo da linha em construção (MATTON, 1971) Desde o início, as condições eram precárias, o que gerava descontentamentos e revoltas.

Em 1879 chegou um chamado de Araras pedindo ajuda para dominar 15 trabalhadores “portugueses” violentos. Nas obras da Rio Claro Railway em Brotas, em pelo menos três ocasiões diferentes, os trabalhadores ‘portugueses’ entraram em conflito com a polícia local. (ZAMBELLO, 2005, p. 52)

No setor ferroviário, os portugueses se destacaram na liderança e movimentos de resistência. Em março de 1920 eclodiu outra greve, iniciada nas oficinas da Companhia Mogiana de Campinas, que logo se estendeu a outras localidades, sendo que a insatisfação pelas condições de trabalho se alastrou linha adentro, pelos interiores. Na época, as paralisações eram tratadas como assunto de polícia e no dia 30, dezoito operários portugueses foram presos em São Simão por arrancarem trilhos e cortarem os fios dos telégrafos.

O caso de Antônio Duarte (Figura 2), natural de Galhardo, Mortágua, Beira Alta, nascido em 1896, e que chegou ao Brasil em 1913, constituiu um dos exemplos de liderança ferroviária. Residente em Bauru, ferroviário (maquinista), empregado da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, era filiado ao Sindicato, no qual exerceu o cargo de primeiro tesoureiro. Foi preso em 1934, acusado de ser “agitador comunista perigoso” e teve sua expulsão decretada em março de 1936. Voltou ao Brasil, vivendo clandestinamente, sendo novamente preso em Bauru (abril de 1941), teve sua expulsão revogada em junho de 1945. (LEITÃO, 2010)

Figura 2 – Foto de Identificação de Antonio Duarte.



Fonte: Prontuário nº 3.450 – DEOPS.
Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Outro português prontuariado pelo Deops foi Cypriano da Cruz Affonso (Figura 3), nascido em 1907 em Bragança, Trás-os-Montes. Era comerciante residente em Lins, foi preso (1935) como agitador comunista e por práticas subversivas, sendo apontado como um dos líderes da greve dos ferroviários da Noroeste do Brasil (julho de 1935), além de ter sido indicado como um dos fundadores da Aliança Nacional Libertadora, na cidade. Teve sua expulsão decretada em outubro de 1936, sendo embarcado para fora do país, em fevereiro de 1939.

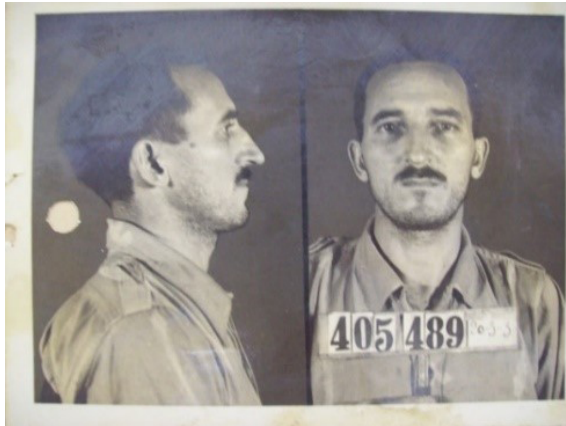
Figura 3 – Foto de Identificação de Cypriano da Cruz Affonso.



Fonte: Prontuário nº 208 – DEOPS.
Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Cabe igualmente lembrar o caso do português Antonio Cláudio (Figura 4) que era oleiro em Araçatuba, nascido em 1892 na freguesia de São João de Areias, município de Santa Comba Dão, distrito de Viseu, e que emigrou para o Brasil em 1910. Foi preso, acusado de atividade e propaganda comunista, teve sua expulsão decretada em março de 1936, sendo embarcado compulsoriamente em maio de 1936. (LEITÃO, 2010; BRUSANTIN, 2003)

Figura 4 – Foto de Identificação de Antonio Cláudio



Fonte: Prontuário nº 678 – DEOPS.
Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Em depoimentos no seu prontuário, testemunhas declararam que ele apregoava o comunismo e em sua casa, foram encontrados armas, livros, jornais, fotos e mapas da Rússia. Segundo relatório do delegado de Araçatuba, Antônio Cláudio era:

[...] um fervoroso adepto do regime soviético, que, vivendo num meio inculto, tem procurado com sagacidade e insistência infiltrar no espírito de seus empregados e moradores daquela povoação, onde goza de certo prestígio, proveniente de seu espírito arguto e de sua cultura rudimentar, mas grande relativa ao meio, as ideias de subversão da ordem.⁴

Portugueses nos interiores de São Paulo: negócios e capitais

Como destacado, as especificidades do processo de inserção dos imigrantes portugueses na sociedade de acolhimento e a semelhança dos nomes próprios e de família, acarretou dificuldades acompanhar trajetórias desses imigrantes, a utilização de uma ampla e variada documentação possibilitou observar as atividades e negócios nos quais estiveram envolvidos. Aparecem referências à presença portuguesa em

investimentos industriais, em empresas e transportes e serviços urbanos (Gás, luz, entre outras), companhias de seguros e bancos (casas bancárias encarregadas de remessas para Portugal) e propriedades urbanas, inclusive, no ramo da hotelaria.

O processo de crescimento urbano nos interiores do estado, a maior circulação de pessoas possibilitada pela expansão das ferrovias gerou uma alta na demanda por serviços de hospedagem (pensão e hotéis), que se localizavam, particularmente, nas proximidades das estações ferroviárias. Para autorização de funcionamento destes estabelecimentos e comprovação de seu perfil familiar, era exigência legal o documento de antecedentes criminais dos proprietários, fornecido pelo DEOPS. Nos prontuários do DEOPS dos(as) portugueses averiguados(as) se destacam os pedidos de autorização para funcionamento de pensão e hotéis (32% dos casos), estas questões se vinculavam a significativa presença dos portugueses (em particular as mulheres) como proprietários de pensão e hotéis, alguns com fornecimento de refeições.

Alguns imigrantes portugueses que se engajaram em atividades industriais eram naturais do meio urbano em sua terra natal, chegando ao Brasil já com alguma instrução, experiência no comércio e/ou na manufatura. Alguns trouxeram reservas de capital, em espécie ou em mercadorias, ou vieram com a proposta de instalar uma filial de alguma empresa no Brasil. No Álbum da Colônia Portuguesa no Brasil apareceram listados como industriais portugueses na cidade de Taubaté: J. Carvalho Viana (calçados) Francisco Fernandes Viana (louças), Alfredo dos Santos (máquinas), Francisco Nunes (artigos para confeitarias) e José Rocha Moreira (chapéus). (CARINHAS, 1929)

Emblemática foi a trajetória de Antonio Pereira Ignácio, nascido em 1874 na freguesia de Baltar (concelho de Paredes, distrito do Porto), chegou ao Brasil com onze anos de idade. A família se instalou em Sorocaba, onde aprendeu o ofício e trabalhou como sapateiro, exercendo, posteriormente, a mesma função em São Paulo e no Rio de Janeiro. Estabeleceu-se no interior do estado de São Paulo exercendo várias atividades e negócios; em 1899, montou uma fábrica de descarregar algodão, em Boituva, com filiais em Tatuí e em Conchas. Em 1903, de regresso a Sorocaba, ampliou seus negócios com a produção de óleo de algodão. Na sua trajetória de vida constituiu um grande aglomerado industrial que incluía negócios com a produção de óleo de algodão, indústrias têxteis (Fábricas de tecidos São Bernardo e Luzitania, Fábrica Bom Retiro, Cia Fabril Paulistana e Votorantim), Fábrica de cimento Rodovalho, Fábrica de Vidros Lamina, Companhia Telefônica Sul Paulista, Usina de Força e Luz do Pilar, tornou-se o maior acionista da Sociedade Votorantim (1918), que atua nos ramos de tecidos, cimento, cal, papel, siderurgia, tijolos refratários, também era acionista da via Férrea Votorantim. (SCANTINBURGO, 1975)

No setor industrial, também merece menção Manuel Rodrigues Tavares de Almeida, natural de Aveiro (1930), emigrou aos 19 anos, em São Paulo foi balconista em padaria, taxista, panificador e corretor de imóveis. Em 1969, adquiriu sua primeira empresa a Tatuinho – aguardente, em Piracicaba, ampliou seus negócios na área com a produção das caninhas 3 Fazendas e Velho Barreiro, que foram acrescidas da Agropecuária São Pedro, Água Poá e Cerâmica Tatuinho. Seus negócios também incluíam hotéis (Hotel Casa Grande do Guarujá-SP), bancos (Banco Luso Brasileiro),

máquinas e implementos agrícolas (Motocana para os setores sucroalcooleiro e produção de aguardente, São Paulo Tratores) e a Destilaria Vista Alegre, em Itapetininga, constituindo um conglomerado – o grupo Tavares de Almeida.

Outro ramo de possibilidades comerciais e empreendedorismo era o da construção civil, com a intensificação da expansão urbana e populacional cresceu a necessidade por moradias e os prédios públicos o que gerou um aumento na demanda de materiais para as obras, dessa forma, observa-se a presença de portugueses no ramo de vendas de produtos de construção (pedras, cimento, tijolos entre outros artigos), também como empreiteiros, construtores e como trabalhadores.

Ainda vinculado à construção civil, os lusos se destacaram no ramo das serrarias, na produção de janelas, portas, portões, assoalhos e forros para tetos, também na fabricação e comercialização de pregos e móveis de qualidade. Eram várias as serrarias que pertenceram a lusitanos em Ribeirão Preto e, de modo geral, em todo o interior paulista. Provavelmente os portugueses deste setor puderam se beneficiar de suas relações com contratados empregados nas ferrovias, já que, o desmatamento ocorria para a abertura das fronteiras e as toras de madeira eram trazidas pelas vias férreas às serrarias, não raro, trilhos próprios foram construídos a partir da linha principal. Em São Carlos, o português Francisco Ferreira fundou, por volta de 1910, a serraria – a Santa Rosa – uma das maiores do interior, além de 60 operários internos à própria serraria, chegou a empregar cerca de 100 peões (1915), que trabalhavam com 400 juntas de bois puxando madeira da mata em direção aos ramais ferroviários. (TRUZZI, 2007)

Na área de cerâmicas e olarias, destaca-se a trajetória do Sr. Emilio:

(...) trabalhou na agricultura em Portugal com os pais até os dezoito anos, em 1919 emigrou para o Brasil sozinho. Durante alguns anos foi barbeiro, mas sua principal atividade foi no ramo da olaria. Trabalhou alguns anos no Sul do país em uma cerâmica de um de seus tios e depois de casado conseguiu montar uma cerâmica própria com a ajuda da esposa e do sogro em Tambaú/SP... foi presidente da Cooperativa dos Produtores de Cerâmica. (CAMPOS, 2003, p. 86)

Outro setor com presença de portugueses e vinculado à construção civil era o das vidraçarias, produzindo vidros em geral para portas e janelas, espelhos, cristais e molduras para quadros, algumas com amplas instalações e atencioso atendimento, tornando-se empresas prósperas e conceituadas.

Portugueses nos interiores de São Paulo: atividades comerciais

Como destacado, a partir da segunda metade do século XIX, a expansão da produção cafeeira pelos interiores de São Paulo possibilitou o crescimento urbano, ampliado com a chegada dos trilhos do trem. Os trilhos não só transportavam rápida e eficientemente o café, também, permitiram a chegada de uma massa de imigrantes, além de trazer de várias partes do mundo, particularmente da Europa, toda uma gama de produtos e influências, gerando e dinamizando um “vetor modernizador” (ELIAS,

1994), ampliando os circuitos de trocas mercantis e redes de negócios. As cidades do interior rapidamente se transformavam e eram ávidas por novidades (modas, comportamentos, edificações e objetos de consumo), constituindo a denominada de “Belle Époque Caipira”. (PAZIANI *et al.*, 2008)

Essa expansão (cafeeira) estabelece a enorme dianteira das terras do café sobre as outras regiões do país. O mundo do *coffee business* se engalona e sofisticada. Entupida de dinheiro, sua elite quer a todo custo modernizar-se. Aquelas vilazinhas, aqueles lugarejos que poucos anos antes eram apenas um parco aglomerado de casebres, anônimos, insignificantes, entregues à modorra sonolenta da rotina, num repente acordam, tomados de pressa ingente para entrar no bonde da história e atingir as benesses do progresso e da civilização, acordados que foram pelo aroma forte e instigante daquela bebida dadivosa. Rápido crescem e tomam forma de cidades... Era a *Belle Époque* caipira que tomava conta dos corações e das mentes das cidades do interior paulista. (DOIN, 2001, p. 307)

Esta implementação da circulação comercial e das atividades ligadas ao comércio, atraiu imigrantes, em particular, portugueses. O setor oferecia melhores condições de ganho e possibilidades de melhoria de vida, com histórias de sucesso.

Para além da atuação na Capital e no porto de Santos, a atração por algumas localidades dos interiores do estado, que se tornaram centros regionais, abriu a possibilidades para que os portugueses se dedicassem ao comércio, seja como proprietários de estabelecimentos comerciais, pequenos negócios por conta própria ou associados aos conterrâneos e também como caixeiros. No Estado de São Paulo, pode-se identificar o número significativo de comerciantes portugueses, maioria entre os estrangeiros, em número superior aos sírios libaneses e italianos. (Censo, 1940; Censo, 1950a)

A presença de portugueses no comércio se fez sentir em vários setores. Alguns em negócios de grande porte nos ramos de negócios do café e importação em geral, mantendo conexões (comissões e consignações) com os comerciantes portugueses (importadores e exportadores) estabelecidos no porto de Santos. Além dos negócios de café, os portugueses se destacaram no comércio a atacado de milho, fubá, batatas e cebolas, na importação e exportação de gêneros alimentícios, em especial vinhos, azeites e conservas, também atuando na esfera têxtil, fios, artefatos de tecidos e vestuário.

Visavam abastecer o mercado em expansão das cidades aonde estavam instalados e em regiões vizinhas. Muitos se mantiveram articulados a grandes casas comerciais na Capital e no porto, como representantes e trabalhando no sistema de consignação, atuando por comissão ou por conta própria. Várias firmas importadoras estabelecidas em São Paulo ou em Santos como Bento de Souza e Cia., C. Costa e Cia., Souza Santos e Cia., Luiz França dos Santos e Cia tinham esquemas organizados para servir em todas as áreas dos interiores, através de caixeiros viajantes (na maioria portugueses)

que atendiam consumidores ou lojas, ou através de comissões e representações, também despachando as mercadorias compradas diretamente. Os produtos poderiam ser de origem ibérica ou de outras procedências visando atender os consumidores do interior paulista. (FRUTUOSO, 2008)

Pela análise da documentação (imprensa, álbuns e almanaques), pode-se observar que alguns se especializaram na venda de produtos portugueses (vinhos, azeites, azeitonas, conservas, entre outros), o que denota o interesse por essas mercadorias, cujo consumo estava vinculado à sua qualidade, mas, também a presença de muitos consumidores portugueses. Pelos anúncios e outras referências (álbuns e almanaques) observa-se que alguns atendiam ao atacado (grossistas), trabalhavam por comissão com gêneros nacionais (café e fubá) e produtos estrangeiros.

Também estavam presentes no varejo em setores como de fazendas e roupas feitas, que podia incluir armarinhos, fitas, chapéus e calçados (sapatarias). Majoritariamente, se identificando-se como armazéns de secos e molhados, mercado elástico e com flexibilidade de produtos, assim, ofereciam mercadorias variadas (desde querosene, cal, cimento, louças, ferragens, fósforos, sabão, velas, rédeas, malas, rapé, tabaco), bebidas (depósitos de bebidas, com fabricação e distribuição de aguardente de cana-de-açúcar, vinhos, champanhes, licores, cervejas, genebras), comestíveis (toucinho, conservas, enlatados, sardinha, biscoitos, frutas secas), gêneros da terra (fubá, farinhas, açúcar) e do estrangeiro (particularmente, de origem portuguesa). A ampliação destas atividades e estabelecimento do comércio tendeu a acompanhar as fronteiras que se abriam com a expansão da malha urbana-ferroviária para as cidades do oeste paulista.

Merece menção o português João Alves Veríssimo, que iniciou sua vida de comerciante em Nova Granada. Posteriormente, desenvolveu a atividade comercial no ramo de atacado de alimentos, a empresa Alves Veríssimo & Cia possuía unidades em Votuporanga, Presidente Prudente, São José do Rio Preto, Campinas Londrina, Ourinhos, Marília, Arapongas, Cornélio Procópio, Goiânia, Paranavaí, Belo Horizonte, Uberlândia e Maringá, tornando-se ao longo das décadas de 1960/1970, o segundo maior polo atacadista do País. Fundou (com os seus sobrinhos João Alves Veríssimo e Avelino Veríssimo) os Supermercados e Shopping Center Eldorado, seus negócios incluíam o Moinho Paulista, Vega (conservas), Crovel (óleos) e a rede de atacado.

Outra referência foi Manuel da Silva Sé, natural da ilha da Madeira (1915), chegou ao Brasil em 1939, se estabelecendo em São José do Rio Preto. Em 1954, em sociedade com Antonio Gonçalves instalou a Empresa Gonçalves Sé S/A Comércio e Importação. A empresa atuava na capital e possuía lojas em 16 municípios paulistas, além de Londrina que concentrava o comércio atacadista nos anos 1940-50 (abrigando estabelecimentos de empresas como a dos portugueses J. A. Veríssimo, Dias & Martins e Dias Pastorinho). Em 1975, a família Sé comprou a parte de seus sócios e a partir de então passou a denominar-se Sé S/A Comércio e Importação.

Era comum que grandes firmas atacadistas portuguesas, como J. Alves Veríssimo, Dias Pastorinho, Dias Martins, J. Pires, estabelecidas e prosperando no Brasil, procurassem ampliar seus distribuidores e representantes comerciais lançando mão de

conterrâneos de confiança e com alguma experiência comercial, esses eram recrutados em Portugal, tendo a vinda viabilizada através de redes de chamada, multiplicando sonhos de sucesso. Os recém-chegados iniciavam suas atividades nos armazéns das empresas, depois podiam exercer funções de venda externa, como caixeiro-viajante e, alguns, posteriormente, conseguiram se estabelecerem com negócios próprios, como é o caso do Sr. José Lopes que constituiu uma empresa de empacotamento e venda de arroz na cidade de Marília. (MATTOS, 2003)

Dessa forma, os jovens eram chamados por conterrâneos, familiares(irmãos, sobrinhos, primos)⁵ ou conhecidos, que repassavam as informações sobre as possibilidades de emprego. O caso de um jovem de 19 anos, filho caçula, que trabalhou por três anos em Portugal como aprendiz em uma pequena mercearia de parentes, sem nada ganhar além de experiência:

(...) tomou conhecimento de que no Brasil as empresas J. Alves Veríssimo e Dias Martins estavam contratando pessoas para trabalhar no comércio varejista, e as pessoas que eram procuradas tinham que ter certo conhecimento de comércio. Ficou sabendo desse emprego através de um agenciador da família Veríssimo. (SILVA, 1957, p. 96)

Os ditos agenciadores, também de nacionalidade portuguesa, percorriam aldeias e cidades procurando atrair para a Brasil mão-de-obra minimamente treinada nas lides comerciais, normalmente, em mercearias ou quitandas. Em outro depoimento, a viúva de um imigrante português se queixa das falsas promessas feitas a seu marido:

(...) necessitava de maneira urgente de mão de obra como a dele. Pessoa que soubesse usar a cabeça, pois seu marido era o encarregado de todas as contas da mercearia (...) realmente o Sr. Joaquim tinha razão, meu marido veio para o Brasil trabalhar na J. Alves Veríssimo para usar a cabeça. Pois descarregava caminhão todos os dias. Vários sacos de mercadorias em sua cabeça, eram retirados das carrocerias dos caminhões e empilhados nos depósitos da empresa". (SILVA, 1957, p. 103)

A preferência por portugueses devia-se por serem considerados mais estáveis, menos exigentes frente às condições de trabalho (longas e árduas jornadas, acúmulo de funções, sem repouso semanal), flexíveis para realizarem várias funções, também mais submissos, devendo ser de plena confiança do patrão, ao qual deveriam retribuir com gratidão, dedicação, lealdade e fidelidade indeléveis.

A maior parte dos imigrantes portugueses engajados no comércio trabalhavam arduamente, às vezes em labores brutos (como o de carregar e descarregar cargas) para que pudessem sustentar a si e suas famílias, além de fazer remessas para a família que permaneciam em Portugal. Com o tempo, alguns se tornaram caixeiros-viajantes e percorriam o interior paulista, viajando de trem ou mesmo, mais tarde, como motoristas entregando mercadorias.

O cotidiano de trabalho desses lusos era árduo, enfrentavam uma rotina de trabalho exaustiva, insalubre e mal remunerada, marcada pelo autoritarismo dos patrões. Estes serviços funcionavam das 7 da manhã até altas horas da noite, não havendo tempo para as refeições, os caixeiros revezavam-se às pressas, enfrentando jornadas de até 16 horas/dia, dava-se preferência por solteiros e que morassem no emprego. O controle era rigoroso e autoritário. Nos domingos e feriados, os empregados do comércio trabalhavam até o meio da tarde, tendo ido pela manhã, como obrigação, missa em companhia dos patrões. (FRANCO, 1951)

Encontram-se referências a casos de caixeiros e caixeirinhos, jovens portugueses desprotegidos, permaneciam nos domicílios e negócios de parentes e patrões, arcando com os afazeres muitas vezes sem nada receber; outras vezes, parcamente remunerados ou submetendo-se a pagamentos incertos. Em algumas ocasiões a subordinação era uma estratégia de sobrevivência frente aos poucos recursos disponíveis, em outros casos, situações insustentáveis de exploração levaram a fugas e rebeldias. Paternalismo e exploração caracterizavam estas relações (THOMPSON, 1984).

A expansão das cidades pelos interiores de São Paulo e o aumento considerável da população e a chegada dos imigrantes geraram novos hábitos, ou seja, as práticas alimentares se alteraram, tornando-se mais variada, diversificando os produtos e ampliando as oportunidades no comércio destes gêneros. Os portugueses se destacaram no comércio a retalho com negócios de pequeno e médio porte, na maioria unidades familiares que incluíam os armazéns e mercearias que vendiam produtos variados: frutas nacionais e importadas, laticínios, manteiga, frios, azeite, azeitonas, predominantemente gêneros alimentícios, podendo incluir peças de vestuário, armazéns e ferragens (ferramentas importadas, fechaduras e ferragens em geral, louças, vidros, tintas, óleos, cabos, cordas, barbantes, artigos para construção).

Procurando trabalhar com um custo operacional mínimo, os lusos aproveitavam o quarto da frente de suas próprias casas para estabelecer pequenos armazéns, mercearias, açougues, adegas, leiterias, quitanda de frutas e legumes, vendas, botequins, tabernas, bares; também alfaiatarias, lojas de roupas, tecidos, armarinhos e miudezas, ferragens, louças, vidros. Entrecruzando o público e o privado, o negócio e o lar, a família trabalhava arduamente no balcão, os poucos auxiliares eram também portugueses, em geral recém-chegados que se colocavam sob a tutela de conterrâneos (não faltam referências a filhos e a sobrinhos). (MATOS, 2013)

Entre as diferentes categorias de vendedores ambulantes, que retiravam sua sobrevivência do comércio nas ruas, os portugueses se encaixaram entre aqueles que ofereciam gêneros de abastecimento fundamentais à rotina doméstica, comercializados em pequenas quantidades que eram renovadas dia a dia. Utilizando-se de carrocinhas de madeiras, comercializavam verduras, frutas, flores, ovos, aves, pão e lenha. As verdureiras e verdureiros portugueses ofereciam alface, couve, salsa; outros comercializavam pão, leite, carnes e peixes; já os fruteiros abasteciam preferencialmente com frutas baratas, como laranja e banana. Alguns lusos se especializaram no fornecimento exclusivo de batatas ou cebolas, devido ao elevado consumo desses produtos. Na possibilidade de concentrar a produção e a comercialização, os lusos

dominavam o comércio nos mercados francos ou feiras livres, o que permitia obter melhores preços para suas mercadorias. (MATOS, 2019)

As diferentes atividades no comércio implicavam em trabalho árduo, longas jornadas e exigiam habilidades como cativar a clientela, ser simpático e gentil com as famílias e com as criadas, ceder nos preços, ouvir pacientemente reclamações contra a carestia e a qualidade dos produtos, além de aceitar gracejos.⁶

Considerações finais

Os imigrantes lusos passaram por diferentes experiências nas fronteiras de colonização dos interiores do estado de São Paulo, tanto no campo como nas cidades, nas fazendas de café e áreas coloniais, nas atividades fabris, comerciais e muitas outras funções nos domicílios e nas ruas. Alguns conseguiram rendas relativas e ascensão social, outros se mantiveram remediados e/ou apenas sobreviveram. Apesar desta diversidade, o trabalho tornou-se um elemento estratégico, ajudando a superar medos e inseguranças, sendo capaz de conferir coerência e sentido, construindo laços de solidariedade e também de exploração.

O empenho destes escritos em dar visibilidade aos imigrantes portugueses nos interiores de São Paulo implicou num trabalho árduo de pesquisa frente às dificuldades de recuperar rastros/trajetórias e superar ocultamentos da historiografia. Apesar desses esforços ainda restam muitas inquietações que se mantêm como possibilidades para outras investigações.

Referências

ARAÚJO NETO, A. *Entre a revolução e o corporativismo. A experiência sindical dos ferroviários da E. F. Sorocabana nos anos 1930*. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.

BALIBAR, É. *Politics and the other scene*. London: Verso Press, 2002.

BALIBAR, É. *We, the people of Europe? Reflections on transnational citizenship*. New Jersey: Princeton University Press, 2004.

BASSANEZI, M.S.; SCOTT, A.S.; TRUZZI, O.; BACELLAR, C.A.P. *Atlas da Imigração internacional em São Paulo 1850-1950*. São Paulo: EDUNESP/FAPESP, 2008.

BRUSANTIN, Beatriz de Miranda. *Na boca do sertão: o perigo político no interior do estado de São Paulo (1930-1945)*. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial, 2003. p. 18-24.

CAMPOS, Maria Christina Siqueira de Souza. *Imagens do imigrante português no meio rural paulista*. In: ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz; CAMPOS, Maria Christina Siqueira de Souza (orgs.). *Olhares lusos e brasileiros*. São Paulo: Usina do Livro, 2003, p. 67-98.

DEVOTO, Fernando J., Las cadenas migratorias italianas: algunas reflexiones a la luz del caso argentino. *Estudios Migratorios Latinoamericanos*, Buenos Aires, n. 8, p. 103-123, 1988.

DOIN, José Evaldo de M. *Capitalismo bucaneiro: dívida externa, materialidade e cultura na saga do café*. Tese (Livre docência em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Unesp, Franca, 2001.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. RJ: Jorge Zahar, 1994.

FRANCO, Jaime. *A Beneficência: Memória Histórica da Sociedade Portuguesa de Beneficência e Contribuição para a História de Santos*. São Paulo: Gráfica da Revista dos Tribunais, 1951.

FRUTUOSO, Maria Suzel Gil. A presença portuguesa do comércio de Santos. In: MATOS, Maria Izilda Santos de; SOUSA, Fernando de (Orgs.). *Deslocamentos & Histórias: os portugueses*. Bauru, SP: Edusc, 2008, p. 141-54.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Prefácio. In: Davatz, T: *Memórias de um colono no Brasil*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1941, p. 5-35.

LANNA, Ana Lucia. Trabalhadores das ferrovias: A Companhia Paulista de Estrada de Ferro, São Paulo, 1870-1920. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 32, n. 59, p. 505-545, 2016.

LEITÃO, Alfredo Moreno. *Nem todos eram mansos: portugueses nas lutas operárias em São Paulo*. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2010.

LEITE, Joaquim da Costa. O Brasil e a Emigração Portuguesa (1855-1914). In: FAUSTO, Boris (Org.). *Fazer a América*. São Paulo: EDUSP, 2000, p. 177-200.

LOBO, Eulália Maria L. *Imigração portuguesa no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2001.

MATOS, Maria Izilda Santos de. *Portugueses: deslocamentos, experiências e cotidiano SP séculos XIX e XX*. Bauru, EDUSC, 2013.

MATOS, Maria Izilda Santos de. *Cotidiano e cultura*. 3a. ed. rev. ampl. São Paulo: e-manuscrito, 2019.

MATTOS, Carlos Alberto dos Santos. *A presença dos patrícios no Oeste Paulista: portugueses em Marília*. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual Paulista, Marília. 2003

MATTON, R. H. The Companhia Paulista Estrada de Ferro, 1868-1900: A Local Railway Enterprise in Brazil. Doctoral Thesis. Yale University. 1971.

MENDES, José Sacchetta Ramos. *Laços de sangue: privilégio e intolerância à imigração portuguesa no Brasil*. Porto: CEPES, 2010.

PAZIANI, Rodrigo Ribeiro; PERINELLI NETO, Humberto; CARDOSO DE MELLO, Rafael. Civilização e barbárie no imaginário da cidade: o caso do “Almanach Ilustrado de Ribeirão Preto” de 1913. *Fênix*, Uberlândia, v.5, n. 4, p. 1-25, 2008.

PRATES, P. C. *Ribeirão e os seus homens progressistas*. Ribeirão Preto: ed. do autor, 1981.

SCANTINBURGO, J. *José Ermírio de Moraes: o Homem, a Obra*. Rio de Janeiro: Cia Editora Nacional, 1975.

SCOTT, Ana Sílvia Volpi. Migrações portuguesas para São Paulo na segunda metade do século XIX: um estudo de caso. In: *XV Encontro Nacional de Estudos de População*, Caxambu, 2006.

SCOTT, Ana Sílvia Volpi; TRUZZI, Oswaldo. Pioneirismo, disciplina e paternalismo nas relações de trabalho entre proprietário e imigrantes no século XIX: o caso da colônia de Nova Lousã, em São Paulo. In: *VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*, Coimbra, 2004.

SILVA, A. *Roteiro Histórico: uma cidade e uma instituição*. Bauru: Tipografia Comercial, 1957.

STOLCKE, Verena. *Cafeicultura, Homens, Mulheres e Capital*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

THOMPSON, E.P. *Tradición, revuelta y conciencia de clase. Estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial*. Barcelona: Editorial Crítica, 1984.

TRUZZI, Oswaldo. *Café e indústria. São Carlos, 1850-1950*. São Paulo; São Carlos: Imprensa Oficial do Estado; EdUFSCar, 2007.

TRUZZI, Oswaldo. Redes em processos migratórios. *Tempo Social, Revista de sociologia da USP*, São Paulo, v. 20, p. 199-218, 2008.

ZAMBELLO, M. H. Ferrovia e Memória: estudo sobre ao trabalho e a categoria dos antigos ferroviários da Vila Industrial de Campinas. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2005.

WITTER, José Sebastião. *Ibicaba: uma experiência pioneira*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1982.

Fontes primárias

Boletim do Departamento Estadual do Trabalho do Estado, São Paulo, ano 14, n. 50-51, p 221-228, 1924.

CARINHAS, Teófilo (org.). *Álbum da Colônia Portuguesa no Brasil*, 1929.

Censo de 1940. São Paulo. Empresas com atividades no comércio de mercadorias e capital realizado distribuído pela nacionalidade dos subscritores de capital.

Censo de 1950a. São Paulo. Nacionalidade dos proprietários e sócios de firmas individuais e sociedade de pessoas do comércio varejista segundo gênero de comércio.

Censo de 1950b. São Paulo. Nacionalidade dos proprietários e sócios de firmas individuais e sociedade de pessoas segundo gênero de serviços.

Estatística agrícola e zootécnica organizada pela Directoria de Estatística, Indústria e Comércio, 1934-1935, Estado de São Paulo, 1936.

Fundação Pró-Memória. Censo de 1907. São Carlos.

Prontuários no DEOPS – Arquivo Público do Estado de São Paulo, São Paulo: António Cláudio (prontuário nº 678); António Duarte (prontuário nº 3.450); Cypriano da Cruz Affonso (prontuário nº 208)

Recenseamento Demográfico, Escolar, Agrícola-Zootécnico do Estado de São Paulo de 1934.

Notas

¹ A pesquisa incluiu uma gama ampla e variada de fontes: listas de bordo, almanaques, álbuns, memórias, depoimentos, documentação do DEOPS, Boletins do Departamento Estadual do Trabalho, Documentos do Departamento de Imigração e colonização, relatórios, censos e recenseamentos, cartas, entre vários outros documentos.

² Relatório ao Presidente da Província, 1872 *apud* SCOTT; TRUZZI, 2004, p. 342.

³ O aumento de propriedades nas mãos de estrangeiros, a partir da década de 1930, foi possibilitado pela fragmentação das fazendas após a crise de 1929, os colonos que tivessem algum pecúlio tiveram oportunidades de adquirir lotes de terra. (CAMPOS, 2003)

⁴ António Cláudio (prontuário nº 678, DEOPS-SP), APESP/SP.

⁵ Mostrando a expansão das redes neste contexto, observa-se as cartas de chamada e de recomendação. As de chamada foram específicas dos processos migratórios, constituem-se numa documentação especial e reveladora, eram escritas aos parentes e padrões o objetivo de convidá-los para emigrar e facilitar os trâmites burocráticos, comprovação da existência de conhecidos que poderiam acolhê-los, possibilitando ajuda, hospedagem e emprego. As missivas de chamada foram escritas e usadas com finalidade pública - a necessidade de se conseguir a autorização de embarque e/ou cumprir as exigências nos portos de chegada. Já cartas de recomendação eram documentos que os emigrantes apresentavam para conseguir colocação, indicando seus qualificativos e aptidões para o trabalho, elementos de caráter (confiança, dedicação, entre outros) e afiançando a recomendação. (MATOS, 2013)

⁶ O balcão era o palco privilegiado das manifestações de antilusitanismo, convivendo-se com as tensões em torno das cobranças, os atrasos e recusa no pagamento das contas consideradas abusivas, as hostilidades, muitas vezes as brigas, denúncias à polícia, provocações, insultos. Estas tensões contribuíram para a constituição das representações do português como explorador, sovina, açambarcador e falsificador (denúncias de fraudes). As infrações de economia popular denotavam a atuação das imigrantes nas atividades comerciais (açougues, padarias, armazéns, adegas, botequins, restaurantes, confeitarias e pastelarias, quitandas, leiterias). Alguns destes estabelecimentos eram familiares, para a sua instalação se aproveitava um quarto da frente da própria casa; outros, mais amplos, mostravam uma ascensão no ramo comercial.

Nota do Editor

A revista *História (São Paulo)* agradece à FAPESP pelo apoio financeiro, na modalidade Auxílio à Pesquisa – Publicações/Periódicos (Processo n. 2020/04324-9), para a publicação deste artigo.

Maria Izilda Santos de MATOS. Possui graduação em História pela Universidade de São Paulo (1978) e doutorado em História pela Universidade de São Paulo (1991), Livre docência (2016), pós-doutorado na Université Lumière Lyon 2/França (1997). Atualmente é professora titular da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. É pesquisadora 1A do CNPq. Em 1994 recebeu o prêmio SESI-CNI de Teses Universitárias, com o trabalho *Trama e Poder*, em que estuda as indústrias paulistas entre 1890-1934. Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil, atuando principalmente nos seguintes temas: imigração, música, cidade, gênero, história das mulheres. Entre suas obras destacam-se: *Melodia e Sintonia: o masculino, o feminino e suas relações em Lupicínio Rodrigues* (Bertrand Brasil, 1999); *Dolores Duran: Experiências Boêmias em Copacabana nos anos 50* (Bertrand Brasil, 2002); *O imaginário em debate* (Olho d'água, 1998); *A Cidade em debate* (Olho D'água, 1999); *Meu lar é o botequim* (Cia Editora Nacional, 2a. ed., 2002); *Cotidiano e Cultura: história, cidade e trabalho* (EDUSC, 2a. ed., 2014); *A cidade, a noite e o cronista: São Paulo de Adoniran Barbosa* (EDUSC, 2008); *Portugueses: deslocamentos, experiências e cotidiano SP séculos XIX e XX* (EDUSC, 2013); *Gênero, terceiro setor e desenvolvimento: Quebradeiras - uma luta pela preservação do meio ambiente e cultura dos babaçuais* (Verona, 2015); *Gênero e imigração: mulheres portuguesas em foco* (E-manuscrito, 2017); *Corpos e Emoções* (E-manuscrito, 2018); *Por uma história do sorriso* (Hucitec, 2018).

Oswaldo TRUZZI é Professor Titular da Universidade Federal de São Carlos, onde atua no Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Possui Doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (1993), Mestrado em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas - SP (1985), Curso de especialização em Gestão Pública na École des Hautes Études Commerciales (1983) e Curso de Graduação em Engenharia de Produção pela Universidade de São Paulo (1979). Foi Visiting Scholar, como bolsista Fulbright, na Universidade de Chicago (1992), onde realizou estágios de pós-doutorado (1996, 2000 e 2006). Trabalhou como pesquisador do IDESP entre os anos de 1990 e 2002. Palestrante convidado (Guest Speaker) na Columbia University (2018), na Brown University (2015), na École des Hautes Études en Sciences Sociales (2014), na Universidad Nacional de Córdoba, Argentina (2013), na Tokyo University of Foreign Studies (2012), na Universidad de Salamanca (2010), na American University of Beirut (2006), na Université de Notre Dame, Líbano (2006) e na University of Chicago (1993). Coordenou, entre 1998 e 2000, e entre 2007 e 2009, o Grupo de Trabalho Migrações Internacionais da ANPOCS. Dirigiu de 2000 a 2016 a Editora da Universidade Federal de São Carlos. É pesquisador do CNPq e membro da Coordenação de Área de Ciências Humanas e Sociais (CHS I) da FAPESP. Em 2019 recebeu o prêmio "Evelyn Shakir Non-Fiction Award Winner", do Arab-American National Museum, pelo livro "Syrian and Lebanese Patricios in Sao Paulo" (University of Illinois Press).

Submissão: 18/10/2019

Aceite: 22/01/2020